

(Texto sem revisão.)

 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** (14h23min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Karen Santos solicitou Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 21 a 23 de janeiro de 2025. A Mesa Diretora, nos termos do art. 218, inc. VII, combinado com o art. 94, §§ 5º e 6º, do Regimento, concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares para a Ver.^a Karen Santos pelo dia 21 de janeiro de 2025, sendo substituída pelo suplente Marcelo Sgarbossa. Nos termos regimentais acima declinados, é necessária a votação dessa licença pelo período restante, dias 22 e 23 de janeiro.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Com essa aprovação, o suplente Marcelo Sgarbossa permanece no exercício da vereança. O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 a 24 de janeiro de 2025.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Pedro Ruas, líder da bancada do PSOL,

informando impossibilidade de os suplentes Paulo Brack e Alexander Fraga da Silva assumirem a vereança, e do suplente Marcelo Sgarbossa em exercer a vereança em substituição no dia 24 de janeiro de 2025. Informo que o suplente Fran Rodrigues já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Fran Rodrigues prestará a seguir.

SUPLENTE FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Cumprimento a presidência. "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Declaro empossada a Ver.^a Fran Rodrigues. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Fran Rodrigues, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde a todos e todas que estão aqui no plenário. É um prazer novamente estar nesta Casa. No ano de 2021 a 2024, totalizei 15 posses nesta Casa, então, acabo por conhecer muito dos ritos que aqui dentro são conferidos. Quero também informar, para que eu não precise ficar respondendo individualmente a todos e todas, mas, no dia 17 de dezembro, eu sofri um acidente, um carro, em sua irresponsabilidade, atropelou a nossa moto, mas está tudo bem, eu estou aqui, e já utilizo esse espaço para agradecer aos trabalhadores e trabalhadoras do HPS que foram essenciais no atendimento de qualidade.

Uso também esse espaço para colocar o tempo que eu tiver dentro da Câmara de Vereadores, com muita responsabilidade, em defesa do serviço público, em

defesa dos direitos das mulheres, dos negros e negras, das LGBTQs e de todas as pessoas que merecem ter os seus direitos garantidos. Contem comigo nessa luta, não só dentro da Câmara, mas fora dela também, e contem, com certeza, com a nossa bancada aguerrida do PSOL. Vamos juntos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quero comunicar que se encontram presentes, acompanhando a nossa sessão, a Sra. Cláudia Ribeiro, do Fórum Social Mundial do Idoso; a Sra. Marina Barras, do Ministério de Desenvolvimento para Idoso do Uruguai; o Sr. Roberto Jakubaszko, do comitê organizador do Fórum Social Mundial do Idoso; e Sr. Lélío Falcão, do comitê organizador do Fórum Social Mundial do Idoso. Sejam todos muito bem-vindos. Também gostaria de pedir a presença do Ver. Moisés Barboza.

Vereador Marcelo Sgarbossa (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Marco Weissheimer, jornalista do Sul21. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Informo que a 002ª Sessão Extraordinária foi aberta diretamente na Ordem do Dia. Gostaria de informar aqui, de acordo com o diretor legislativo, que estão ainda ingressando algumas emendas e, ao longo da nossa tarde, estaremos fazendo o pregão de cada uma delas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Apregoamos matérias acessórias ao item 1 da priorização, PLCE nº 001/25. Apregoamos a Mensagem Retificativa nº 02, encaminhada por meio do Ofício nº 365/25 do Sr. Prefeito Municipal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Mensagem Retificativa à apreciação das comissões permanentes, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela Presidência, solicitando votação em destaque para as Mensagens Retificativas nºs 01 e 02.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o [PLCE nº 001/25](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui pela TVCâmara, particularmente os representantes do SUAS, do Simpa, a Rosa que está ali, vejo agora, querida Rosa, amigas e amigos, vereadoras e vereadores, quando nós falamos sobre a FASC – várias vezes ocupamos a tribuna nesse sentido, nós temos que ver que, como qualquer órgão, historicamente, a FASC tem virtudes e defeitos, em muitos momentos, mais defeitos que virtudes. Agora, quando um cachorro tem pulgas, mata-se as pulgas e não o cachorro. Os erros da FASC, são muitos, têm que ser corrigidos, obviamente, mas não com a extinção da FASC, sem garantia, sem garantia de que as suas distribuições sociais, de extrema relevância, serão, de fato, exercidas ou até haverá uma melhora, como diz o governo. Nós não temos essa confiança; nós, Renato, sabemos o que já aconteceu, nós sabemos que fosse a FASC como foi, fosse uma secretaria como talvez seja, o convênio com a Pousada Garoa iria acontecer, como aconteceu. A intenção de quem governa é o que pesa, não é o nome, se é FASC ou secretaria. E o governo tenta passar para a sociedade a ideia – que não é verdadeira – de que as dificuldades da FASC seriam

solucionadas sendo uma secretaria. Não seriam, não é isso que faz a diferença, é a intenção de atuar. Vejam bem, quando houve esse convênio, esse contrato, essa terceirização, seja o que for, com a Pousada Garoa, isso poderia ter ocorrido com a secretaria também. Houve uma tragédia criminosa ali – criminosa! –, não havia a intenção de fiscalizar os locais. E o local da tragédia maior, na Av. Farrapos, onde morreram 11 pessoas, Raul, com 14 feridos, aquele local não tem PPCI, e os extintores não funcionavam. Existiam quartos divididos em quatro por painéis de madeira. Nós teremos uma CPI nesse sentido. Isso poderia ocorrer com a secretaria também. Quantas vezes fomos à FASC pedir o aumento do número de cestas básicas a serem distribuídas? Quantas vezes? Falando um dia com a então presidente Cátia, quando a FASC distribuía 10 mil cestas básicas ao mês, concluímos juntos que tinham que ser 50 mil. No mês seguinte, o governo baixou para 5,6 mil – não aumentou e ainda diminuiu. Quando o governo, depois da tragédia criminosa da Pousada Garoa, impressionado pela opinião pública, pela imprensa, tirou as pessoas da Garoa – é verdade –, elas ficaram na rua. Não era isso o que se pretendia. Tem que investigar, é um crime bárbaro, meu amigo Gimenis, que está aqui, nosso vereador. Vou concluir, Presidente: a alternativa não pode ser as pessoas ficarem em situação de rua, como já estavam. A alternativa tem que ser um lugar digno e seguro. Por isso, não nos sensibiliza a questão de ser secretaria.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vou concluir, Presidente, obrigado. Minha cara Atena Roveda, prezada companheira de PSOL, o fato de ser secretaria não altera a natureza e a intenção de quem gere. O gestor, a gestora, seja secretário, seja diretor-presidente, precisa ter o compromisso social que a FASC historicamente não tem ou tem pouco. A secretaria pode não ter nenhum – pode ter –, mas poderia ter, prezada querida Ver.^a Vera Armando, que sempre me honra com a sua atenção, poderia ter essa mesma atenção – finalizo, Presidente –, com a FASC. O fato, e aqui encerro, o fato de ser secretaria ou não, não é o

que altera, o que altera é a intenção do governante em cumprir seus compromissos sociais. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Pedro Ruas. Conforme solicitação da liderança da oposição e da liderança do governo, eu suspendo a sessão por cinco minutos e logo em breve retornaremos. Muito obrigada.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (14h58min.) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.
(Pausa.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, obrigada às galerias. Vamos ouvir o vereador que está na tribuna, por gentileza.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo à nossa Presidenta, Ver.^a Nádia, colegas vereadores, vereadoras, o público que está acompanhando a nossa sessão desta tarde, sejam os que estão acompanhando o projeto da extinção da FASC, a criação da nova secretaria, como da reforma administrativa ou na modificação significativa que o governo está fazendo no projeto, ou no DMAE. Hoje, serão votados três projetos nesta Casa. Essa paralisação, recentemente, foi porque a oposição tensionava, já há dias, desde a primeira reunião, quando judicializado para sair à audiência pública, na própria audiência pública e nas sessões seguintes, quando nós apresentamos em torno de 21 emendas, não dando por satisfeita a extinção da FASC e a não garantia de tantas coisas quantas os senhores e as senhoras poderão ver, ouvir agora nas falas dos

colegas vereadores e vereadoras. O que nós percebemos foi que, desse tensionamento... E aí, parabênz, queira ou não o André Coronel, que hoje é chefe de governo, que acaba aceitando 99,9% das emendas ora apresentadas pela oposição, que acaba contemplando a permanência dos servidores, sim, a permanência dos servidores, os móveis que permanecem também como a cargo da própria nova secretaria, que é da FASC, mas que, segundo o governo, dizem ser do governo. Portanto, nenhum imóvel será vendido, pelo contrário, que o conselho e o fundo serão mantidos conforme a Lei nº 352, federal, que todos conhecemos, que fica garantido a todos o atendimento feito atualmente pela FASC e assim por diante. Nós tensionávamos porque, queira ou não, os servidores da FASC concursados ou serviços terceirizados poderiam, em tese, não estarem sendo contemplados no projeto de lei e ora serem transferidos para outras secretarias. Portanto, quero parabenizar a abertura do diálogo, a compreensão no atendimento dessas demandas e lastimar uma outra parte, que é a questão da mudança do conselho para consultivo e não deliberativo do DMAE. Lamentavelmente, nós percebemos, ao longo da história, que tanto o governo anterior como o atual governo, ao modificar as prerrogativas do conselho do DMAE, como aconteceu em outros conselhos, passa a não ter a política necessária e fundamental para exercer o que nós sempre preconizamos, o acesso à água, o acesso universal à água, o acesso à água por ser um bem humano e assim por diante. Percebemos que o Estado do Rio Grande do Sul, o atual governo, ele privatizou a Corsan, privatizou a CEEE e, hoje, quem está pagando a conta, queira ou não, são os cidadãos e cidadãs no interior do Estado e também na capital. Com a retirada desse poder, eu diria, deliberativo do conselho do DMAE, há uma precarização do serviço e poderá, sim, o governo começar a aprovar, dentro desse Conselho, serviços terceirizados, consultorias, algo que a agência reguladora possa, ali na frente, aumentar as contas da água absurdamente, como aconteceu no interior do Estado. Então, nesse sentido, nós achamos que essa dita agência reguladora, futura agência reguladora, que poderá intervir na ação dos recursos e no preço da água em Porto Alegre, pode deixar centenas de milhares de pessoas sem esse bem humano, que é o acesso

à água. Portanto, parabenizamos em parte, mas nos frustramos em outra relação com a ideia de que esses governos - poderia dizer, capitalistas - não querem ter um poder público forte, com concurso público e com servidores bem remunerados e concursados. Essa é a grande verdade. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Questão de ordem, Ver. Marcelo?

Vereador Marcelo Bernardi (PSDB) (Requerimento): Sim. Presidente, em conversa com o Executivo aqui, com nossa liderança e também com a oposição, peço a retirada de tramitação da Emenda nº 04 e da Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 001/25. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Bernardi. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, colegas vereadores, boa tarde à Mesa, boa tarde a essa plenária que veio aqui hoje em mais um dia de luta, em mais um dia de resistência. É muito bom estar aqui ao lado de vocês hoje. Nós temos hoje dois grandes projetos que são lutas históricas de Porto Alegre, que são lutas históricas da nossa cidade e que a gente está aqui hoje para contestar e querer avanços, porque a gente quer evitar que a gente perca questões com relação ao DMAE, a gente quer evitar que a gente perca direitos junto ao atendimento da população junto à FASC. Quero aqui aproveitar para dizer, como boa parte já sabe, que nós estamos conseguindo fazer uma boa negociação, uma negociação que é importante para a garantia dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, a gente está conseguindo fazer uma negociação que seja importante também para a garantia do direito da população que vai ser atendida. E a gente consegue fazer isso a partir de diálogo, a partir de organização e, sobretudo, junto com a população. O que a gente tiver hoje de

ganho será graças a vocês. Eu queria, mais uma vez, agradecer a cada uma e a cada um que têm estado junto nessa batalha, a gente está conseguindo construir muita coisa, muito obrigado. Mas a gente sabe também que há anos Porto Alegre enfrenta uma luta com relação à perda de direitos sobretudo da população mais vulnerável. Queria lembrar que, no início do governo anterior, a gente chegou a ter boa parte da população em situação de rua sendo retirada da rua, simplesmente para ser jogada em outro lugar, sem que a gente tivesse um cuidado em querer justamente ajudar essas pessoas. Boa parte do que vem sendo feito de política pública com relação à assistência social vem sendo uma política de higienização, ou seja, simplesmente de limpar a cidade, e não de garantir direitos para a população de baixa renda, para a população que mais necessita. A gente precisa lutar contra esse tipo de lógica que, infelizmente, é uma lógica que não está só em Porto Alegre, é uma lógica que está no governo do Estado e, sobretudo, na política nacional. A gente precisa reverter isso de uma forma de poder ajudar a população. Eu quero aqui reforçar mais uma vez: nós estamos lutando, e as lutas estão tendo boas consequências. Hoje será um dia de resistência com certeza, mas também será um dia de vitórias, e vitórias graças à organização de vocês. Muito obrigado por estarem aqui, nós estamos juntos nessas lutas. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Alexandre. Também quero agradecer a presença do deputado estadual Felipe Camozzato; obrigada, deputado, pela sua presença.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, companheiras e companheiros; boa tarde, lutadoras e lutadores pelo bem público de Porto Alegre, que nunca deve ser subestimado e não deve ser entregue. Eu quero dizer a vocês aqui como é bom quando o governo consegue construir mesa de diálogo, o que seria lógico em um regime democrático, para atender a demanda de quem presta o serviço para a nossa cidade. Porto Alegre já foi referência em

política pública, referência do DMAE, que está aqui. Aliás, em dias quentes, quantos bairros não estão sem água hoje? Grandes nações do mundo se desenvolvem com aquilo que é público, inclusive há várias referências, mundo afora, das grandes democracias, dos países de Primeiro Mundo, que têm na assistência social, na saúde, na educação pública, aquilo que o Estado consegue compor para o seu povo. E quero dizer que as emendas que o governo acatou, construídas pelo nosso campo da oposição, vêm ao encontro da reivindicação do movimento social, dos trabalhadores e trabalhadoras da assistência social, que têm em nós, da oposição, não somente pessoas que lutam, porque nós estamos em um plenário de Câmara Municipal, mas porque a nossa luta histórica diária é por mais Estado, é por mais políticas públicas, é para que o Estado financie a política que mais precisa. Quando as pessoas falam que há um aumento do número de pessoas em situação de rua, aumento da fome de pessoas no Centro de Porto Alegre, que estão catando lixo para comer, é porque essa política foi desmontada ao longo dos anos em Porto Alegre; nossa cidade não era assim. E hoje, com a extinção da FASC, a Prefeitura diz que vai criar uma nova secretaria e que essa nova secretaria dará conta. E quero dizer aqui, como líder do PT, o partido do Presidente Lula, que nós fiscalizaremos de perto para que essa secretaria funcione, respeite os servidores, não exonere ninguém, mas que tenha responsabilidade com a cidade de Porto Alegre. Nós não vamos aqui apenas apresentar emendas, apresentar emendas que são lógicas, porque são emendas federais, porque a lei de assistência social é nacional, ela não é legitimamente da cidade de Porto Alegre. Nós vamos fiscalizar, nós vamos contribuir e construir com serviço público de qualidade, para que daqui a quatro anos não digam que a assistência social não deu certo por conta de servidores e servidoras, mas por conta de uma agenda que prioriza ricos e cada vez mais explora a desigualdade e gera pessoas passando fome e pessoas que jogam comida fora. Essa cidade não será mais topada por nós, por isso, aqui, nós, do PT, temos totais condições da fiscalização pública, principalmente porque nós temos um compromisso histórico: o compromisso da valorização das categorias. E essa secretaria que será criada vai ter que atender, dentro das nossas

emendas, a lei nacional, mas também o respeito ao funcionalismo público, que tem sido desrespeitado há muitos anos. Não vamos esquecer de quem foi o Marchezan em Porto Alegre e do que ele fez com todo o funcionalismo público. Mas nós vamos, ao longo do tempo, além de derrotar esse projeto... Ele, hoje, é um projeto de Estado menor, mas menor para quem? Ele é menor para quem mais precisa. Porque esse Estado segue sendo muito grande para quem menos contribui, para quem sonega, para quem não está preocupado com a falta de água, só para quem está preocupado com o rentismo, que é aquilo que o capitalismo produziu: pessoas que não produzem nada para o Estado, mas que ganham muito, enquanto que os trabalhadores que servem o Estado são colocados à prova nessa lógica de Estado mínimo, o que nós somos contra, diga-se de passagem. Quero aqui saudar os servidores da Ciência Social e também os companheiros e companheiras do DMAE e dizer que a nossa luta aqui na Câmara Municipal, volto a dizer, é pelo DMAE dos tempos de Olívio, Tarso, Raul, João Verle, é pelo DMAE que foi a maior experiência de saneamento para o mundo; este DMAE vai voltar, queiram eles ou não, pois água não é negociável. Nós não vamos topar! E, principalmente, dizer a vocês: tenham em nós resistência, mas, principalmente, elaboração política para fazer enfrentamento a um Estado neoliberal, a um Estado que quer negar a água ao seu povo, mas quer dar lucro às grandes empresas que estão fazendo construções que não respeitam nem o Plano Diretor. Nós seremos não somente oposição, mas uma resistência e principalmente uma bancada que vai lutar por estatais na cidade de Porto Alegre, que respeitem o funcionalismo e principalmente façam com que Porto Alegre volte a ser uma cidade que orgulhe o seu povo. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, Presidenta, nós ainda estamos aqui e somos muitas, somos muitas e somos muitos em defesa da

democracia, em defesa dos direitos sociais e em defesa da assistência social no nosso Município. Somos tantas que, nos últimos dias, construímos um trabalho intenso para fazer com que eu pudesse chegar aqui hoje, Presidenta, e mudar aquilo que eu tinha preparado para trazer a esta tribuna. E isso é fruto de muito trabalho, mas, sobretudo, é fruto de um compromisso com aquelas pessoas que eu quero saudar e referenciar neste momento: os trabalhadores da FASC, que são os lutadores e lutadoras que constroem a política de assistência social em nosso Município há anos, em uma história que se confunde com a história da construção dos direitos do nosso povo nesta cidade.

E são também, não menos importantes, porque foram peças fundamentais, os usuários do SUAS, que aqui estão mobilizados para garantir que possamos sair daqui hoje com uma conquista que quero saudar. Essa conquista é fruto da luta coletiva, é fruto da mobilização social, mas também é fruto, Ver. Cecchim, da capacidade de a gente construir convergências, de a gente construir pontos de unidade. Por isso, quero saudar a minha colega, nossa líder da oposição em exercício, Ver.^a Grazi, que, assim como eu, começa a subir nesta tribuna para dizer que nós, da bancada de oposição, somos e seremos sempre resistência a tudo que ataca os direitos do nosso povo e que entrega o patrimônio da nossa gente aos mais ricos desta cidade.

Nós subimos aqui, Ver.^a Grazi, para dizer que, nesta tribuna, nós não falamos por nós, nós falamos por vocês e que, nas negociações que fazemos nesta Casa, somos a voz de vocês, somos interlocutores. Foram vocês que construíram as conquistas que temos hoje, que são garantir que a nova Secretaria de Assistência Social siga integralmente todas as diretrizes e normativas que orientam o SUAS e a política de assistência social. É garantir que nós teremos o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social vinculados à nova Secretaria e que nós teremos a rede socioassistencial vinculada para garantir a gestão plena do SUAS nesta nova secretaria, sobretudo que nós não teremos nenhum colega meu, trabalhador, trabalhadora da assistência social do nosso Município, que não siga trabalhando na política que hoje mobiliza a sua vida. E é por isso que nós, da

bancada de oposição, construímos, junto dos movimentos, um entendimento de que, nesse momento, é no direito do nosso povo que nós estamos avançando com as conquistas arrancadas em uma negociação importante que tivemos com o governo. Então, eu quero agradecer também aos demais colegas da bancada de oposição, ao nosso líder da bancada do PCdoB, o Ver. Giovani, que nos auxiliou nesse processo. Eu tenho certeza que é dessa forma que nós construiremos outras vitórias necessárias para o nosso povo que tem sido esquecido nesta cidade, onde o número de pessoas em situação de rua aumenta a cada ano aumentou vertiginosamente depois da enchente; onde nós temos 3.500 pessoas no Estadia Solidária, com recurso garantido apenas até junho. E eu saí agora de uma reunião com o prefeito, com moradores do Sarandi, onde muitos moradores que se enquadram nos critérios da política, até hoje, não receberam o Estadia Solidária. Então é desse tipo de desafio que a gente precisa tratar nesse plenário. É sobre os direitos do nosso povo que está esquecido, são os mais vulnerabilizados, são aqueles que o projeto ultraliberal de venda de cidade ataca a existência. Nós seremos resistência, contem com a bancada de oposição, a política de assistência social e o SUS, que é um direito; o SUAS estará garantido por um acordo que nós construímos junto da luta do nosso povo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde, Presidenta, boa tarde a todos e a todas que estão nos acompanhando pela TVCâmara, principalmente aquelas pessoas que hoje estão aqui presencialmente para acompanhar a votação dos projetos que estão diretamente ligados ao nosso cotidiano. E quero iniciar minha fala aqui saudando de antemão a todos e a todas que fazem o uso da política de assistência social, aos nossos usuários e usuárias e dizer, a luta é possível. Ela deve ser constante, e nós não podemos recuar nem um instante. Quero dizer aos usuários e usuárias que também precisamos juntos saudar os trabalhadores e trabalhadoras da pasta da assistência social deste Município, e

dizer que graças a esses trabalhadores e trabalhadoras nós tivemos avanços, avanços significativos.

E também saúdo ao governo, saúdo ao líder da oposição Cecchim, que esteve aí junto conosco, junto com a Ver.^a Juliana, construindo estas pontes, estas possibilidades. Não é exatamente o que nós gostaríamos? Não é. Seria o ideal? Não seria o ideal, mas nós estamos construindo pontes e nós estamos buscando caminhos para qualificar a vida de quem nos interessa, que é a vida do cidadão e da cidadã da cidade de Porto Alegre. Que são aqueles e aquelas que a gente sabe que no cotidiano, lá no dia a dia, precisam de assistência básica, quando a gente fala de pobreza menstrual, quando a gente fala de fome, quando a gente fala de falta de habitação, quando a gente fala de educação, de vaga na creche. É sobre isso que nós estamos falando. Então, quero dizer, com todo o coração, que toda a luta que foi travada desde o dia 2 de janeiro, que foi incansável a luta do movimento social.

Dizer que nós estamos aqui para colocar a oposição e o nosso mandato à disposição de vocês. Nós somos as vozes de Porto Alegre nesta tribuna, nesta Casa e em toda negociação que a gente entender ser necessária. E quero finalizar dizendo a todos e a todas que, de fato, entendem o que é vencer. Hoje, nós vamos sair daqui com uma grande vitória, uma vitória moral, uma vitória que a gente entende que vai garantir que o SUAS, que a LOAS esteja diretamente imbuída na política deste município.

Nós vamos seguir fiscalizando, nós vamos seguir legislando e nós vamos seguir aqui, acompanhando e fazendo com que as políticas desta cidade estejam voltadas para quem mais precisa. É hora de a gente governar para o povo de Porto Alegre, para aqueles e aquelas que mais precisam. É hora de a gente virar a chave. Chega de a gente entregar a cidade para a iniciativa privada, chega de a gente entregar Porto Alegre para quem não, de fato, utiliza o serviço público. Contem comigo, contem com o nosso trabalho e contem com a oposição desta Casa.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Erick Dênil está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas; quero cumprimentar os colegas vereadores e cumprimentar principalmente os três partidos políticos que defendem o serviço social de Porto Alegre, a assistência, o DMAE público e também os vereadores que estão em articulação e construindo diálogo com o governo para que se possa chegar a melhorias para o serviço público de Porto Alegre. Vou cumprimentar meu colega de partido, Ver. Giovani Culau, que esteve presente na sessão de terça-feira e também ajudou a articular as reuniões com o governo; a colega Juliana de Souza, a Grazi, que estão aqui preocupadas também em defender o serviço público e, mais do que isso, cumprimentar todos e todas que aqui estão na defesa dos serviços de assistência social, na defesa do DMAE e na defesa do serviço público de Porto Alegre.

Esta Casa é a Casa do Povo da cidade e nada mais justo que nos debates mais importantes a população compareça neste auditório e o lote, dê uma aula de democracia, dê uma aula de defesa do serviço público de Porto Alegre. Então, parabéns aos trabalhadores do SUAS, da assistência social de Porto Alegre, aos camaradas do DMAE, ao Simpa e a todos aqueles e aquelas que têm esse compromisso com o serviço público da nossa cidade.

É verdade que nem sempre a gente consegue aquilo que a gente quer, mas também é verdade que nada é possível e nenhum diálogo é possível se não houver manifestação: manifestação popular que garante que esta Casa esteja lotada hoje, manifestação popular para que a gente construa grandes atos e passeatas para defender o serviço de assistência. E quando a gente fala de assistência, não é uma palavra jogada ao vento, nós estamos falando daquela mãe, daquele pai de família que mora lá no Rubem Berta, que mora lá na Restinga, que mora na Lombra do Pinheiro e que precisa ir até o CRAS e fazer o seu Cadastro Único para ter acesso ao Bolsa Família e a outros benefícios sociais que são garantidos por lei. Por isso, nós sabemos o quanto é importante

debater seriamente a assistência social de Porto Alegre, porque o orçamento de Porto Alegre tem que ter a oportunidade de colocar a população mais pobre, mais trabalhadora para debater e participar. E é por isso que nós, aqui, registramos nossa posição em não perder nenhum centavo para a assistência social de Porto Alegre e, inclusive, que nós, que defendemos o serviço de assistência social, o DMAE público superavitário, em não permitir que nenhum trabalhador, seja servidor público ou não, perca o seu emprego. Que todos permaneçam trabalhando e cumprindo uma tarefa importante para o município de Porto Alegre. E mais do que isso, nós não somos contra, em nenhum momento, a criação de uma secretaria, mas somos contra caso o orçamento fique pequeno. A gente quer um orçamento forte, robusto, para defender a população mais pobre e trabalhadora, que é a que mais precisa de assistência em Porto Alegre.

Para além disso, para avançar, saúdo aqui a importância do diálogo, saúdo aqui a mobilização do Simpa, saúdo aqui a mobilização de todos os trabalhadores, porque é assim que a gente vai manter o serviço de assistência em Porto Alegre. Contem comigo, contem com a bancada de oposição, porque sem luta não há vitória. Portanto, viva o SUAS! Viva a assistência social! Viva o DMAE público! Viva o povo de Porto Alegre! Nenhum direito a menos, e nada de nós, sem nós. Por isso, muito obrigado, registro aqui a importância da mobilização popular e que a gente possa seguir em frente, organizando cada vez mais atos em Porto Alegre para defender a população que mais precisa. Muito obrigado. Tamo junto!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Erick. Temos aqui no microfone de aparte uma questão de ordem, por favor, Ver.^a Grazi.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidenta, nós, da oposição, estamos solicitando a retirada, conforme acordo, das nossas 22 emendas (nº 01 ao nº 22) ao PLCE nº 001/25, projeto de extinção da FASC.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Saudando aqui a unidade que nós construímos a partir dessa luta, junto com os movimentos, em que a bancada de oposição vocalizou aquilo que eram as prioridades a serem pactuadas, e também o diálogo com o governo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (REDE): Boa tarde a todos e todas, em especial aos servidores, servidoras da FASC, do Sistema Único de Assistência Social, do DMAE. Quero começar pela fala da vereadora do PT, Juliana, que acabou de fazer essa referência pela unidade da oposição em construir esse canal de diálogo, e algumas vitórias que foram possíveis nesta tarde e que vamos discutir a partir de agora. Quero falar também, não posso falar em nome dela, mas estou assumindo aqui o mandato pela licença da Ver.^a Karen Santos, do PSOL, e quero registrar a coerência da vereadora que, entendendo a importância dos projetos que seriam votados nesta semana, poderia estar online, mas preferiu se licenciar do mandato para fazer um vereador presencialmente, da bancada PSOL, Rede, assumir aqui a Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, parabéns à Ver.^a Karen, vereadora mais votada, inclusive, da cidade de Porto Alegre.

Hoje é um dia muito especial, porque, além do PCdoB, do PSOL e PT, se soma nesta Casa a Rede Sustentabilidade como um partido de oposição. De uma certa forma, é a novidade, mesmo que, temporariamente, mais um partido de oposição que está aqui a serviço do DMAE público, a serviço de uma assistência social que funcione para a cidade, que valorize os profissionais e que valorize os seus usuários. Quero fazer referência ao Adriano e ao Valdemir, da Rede de Sapucaia, que estão aqui prestigiando a sessão da Câmara Municipal de Porto Alegre, a Tati, o Paulo, a Andressa, a Daro e a Kerly, que são da nossa Rede de

Sustentabilidade aqui de Porto Alegre. Mas, em especial, uma saudação à Cacica Iracema, que está aqui no plenário, vereadora suplente da Rede de Sustentabilidade, junto comigo e com o André Gomide. Cacica Iracema, da retomada do Morro Santana, é uma honra, Cacica, estar aqui, podendo falar. É uma pena que você não pode subir aqui na tribuna, mas o fará no futuro. Então é uma honra para nós termos a sua presença aqui, fazemos parte da mesma federação PSOL/Rede. É também um dia especial, aí falo de questões que tem a ver mais com a nossa identidade política, porque hoje é julgada a pessoa que assassinou uma cicloativista em São Paulo, chamada Marina Harkot. Nesse exato momento, está sendo julgada a pessoa que a atropelou e que foi flagrada, posteriormente, embriagada. A Ver.^a Fran Rodrigues, que está aqui com um colete, acabou de ser vítima da violência no trânsito. Ela foi atropelada, ela, e provavelmente o companheiro dela, que estavam de moto. É disso que nós estamos falando. Uma cidade mais humana é uma cidade que anda mais devagar e que respeita pedestres, idosos, crianças e uma série de outras políticas que tem a ver com a sustentabilidade. Nós estamos aqui em pleno período em que se fala em destruir mais uma floresta de Porto Alegre; estou me referindo aqui à floresta do Jardim Itu Sabará, para a construção de um grande empreendimento. Mas essa é uma tarde em que, como eu disse, nós devemos comemorar de uma certa forma. É uma sessão extraordinária, governo Melo, recém-eleito, nós temos que aprender com nossos erros do passado, é muito importante que nós não nos tornemos pessoas que militam nesta cidade e apenas se lamentam daquilo que está por vir, porque, nas últimas décadas, já tivemos governos que trataram de desmanchar tudo aquilo que a cidade havia conquistado. Então, a tarde de hoje, é uma tarde de luta e de comemoração ao mesmo tempo. É verdade que, através da negociação, Juliana e Grazi representaram o bloco de oposição, foram hábeis negociadoras, alguns avanços foram feitos, mas a cidade está sob risco e sob ataque. Contem com a Rede Sustentabilidade para continuar defendendo a cidade, muitas vezes do seu próprio prefeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/25.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, galeria qualificada que hoje está aqui; eu vim à tribuna não é para criticar, não é para defender, mas, sim, para aplaudir a discussão conjunta de toda a Câmara aqui: situação e oposição. Eu acabei de elogiar as vereadoras, professoras, pela interpretação. Eu gosto muito da hermenêutica das leis, e elas conseguiram interpretar muito bem o que se queria dizer. Onde houve lacunas, o prefeito, o secretário André, que aí está, entenderam e fizeram com que chegássemos a um acordo, um acordo bom, principalmente para aquelas pessoas que precisam da assistência social. O prefeito Sebastião Melo disse na campanha e continua insistindo que onde houve um pouco de falta tínhamos que completar agora nesse mandato. E esperamos sinceramente que a FASC, os serviços prestados pela FASC, onde temos grandes profissionais, permitam-me que aqui eu fale das “Patrícias” da FASC, a Patrícia Canan, a Patrícia Mônaco, parece-me, as pessoas que se dedicam há muitos anos a essa instituição, onde o governo garantiu que nenhuma pessoa, nenhum funcionário, nenhum servidor da FASC, celetista ou não, serão removidos de lá. Não. Há garantia, um acordo também, para que todos permaneçam com as suas funções; a secretaria terá todo o aparato que pertencia à FASC, incorporado, bem como os servidores. Acho isso importante, acho que no dia de hoje as pessoas, os servidores da FASC que aqui estão podem voltar tranquilamente, dizendo que a cidade de Porto Alegre venceu. Nós vamos fazer com que a assistência social de Porto Alegre seja uma das mais prestativas e presentes, não só no Rio Grande, mas como no Brasil. Quero cumprimentar cada vereador da situação e da oposição que participaram desse acordo, porque quem sai ganhando e quem deverá sair ganhando são as pessoas que precisam da assistência social em Porto Alegre. Viva os acordos, viva as pessoas de bom senso, viva a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Cecchim. Suspendemos os trabalhos por dois minutos por conta de uma subemenda ao projeto.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h39min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (15h44min) Reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos as Emendas nºs 23 e 24 e a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 001/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 23 e 24 e da Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCL nº 001/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque as Emendas nºs 23 e 24 e a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCL nº 001/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 001/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da aprovação da Mensagem Retificativa nº 01, resta prejudicada a Emenda de nº 05.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação a Mensagem Retificativa nº 02, destacada, ao PLCE nº 001/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCE nº 001/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Emenda nº 5 ao PLCE nº 001/25, restou prejudicada.

Em votação a Emenda nº 23, destacada, ao PLCE nº 001/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 24, destacada, ao PLCE nº 001/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Pedro Ruas, Giovani Culau e Coletivo e Natasha Ferreira, o PLCE nº 001/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 12 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o [PLCE nº 002/25](#). (Pausa.)

A pedido da oposição e da liderança do governo, suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (16h13min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, Sr. Diretor Legislativo; eu sei que a Emenda nº 26 entrará em bloco, mas eu faço questão de dizer que essa emenda também faz parte do acordo, e eu queria destacar essa situação, um acordo entre a oposição e a situação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Cecchim.

Vereadora Grazi Oliveira (PSOL) (Requerimento): Presidenta, solicito a retirada de tramitação das Emendas nºs 03, 04, 05, 16, 17, 18, e 19 a 25.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente Nádia, solicito a formação de dois blocos. O Bloco nº 01, formado pelas Emendas nºs 07, 12 – com a subemenda –, 13; e as Mensagens Retificativas nºs 01 e 02. A Emenda nº 26 está em destaque, mas pode estar junto no bloco. O Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 01, 02, 06, 08, 09, 10, 11, 14 e 15, ao PLCE nº 002/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vamos por partes então. Primeiro coloco em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Grazi Oliveira, que solicita a retirada das Emendas nº 03, 04, 05, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, ao PLCE nº 002/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A Ver.^a Juliana retirou a Emenda nº 14, então ela não precisa entrar no segundo bloco.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria Ver.^a Juliana de Souza, que solicita a retirada da Emenda nº 14 ao PLCE nº 002/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só estou aguardando a senhora colocar em votação os dois blocos agora.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Consulto os líderes das bancadas se há acordo na formação dos blocos. (Pausa.) Não tendo nenhum líder que seja contrário, em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia

Araújo para a formação dos blocos. (Bloco nº 1: Emenda nº 07, Emenda nº 12, com Subemenda nº 01, Emenda nº 13 e as duas Mensagens Retificativas – nº 01 nº 02 –, e também a Emenda nº 26. Bloco nº 02: Emendas nºs 01, 02, 06, 08, 09, 10, 11 e 15) (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Bloco nº 01 ao PLCE nº 002/25. (Pausa.) A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas, novamente, boa tarde, Presidente, boa tarde, também, à nossa mobilização social que segue aqui, eu subo agora para encaminhar a votação desse bloco, em que, mais uma vez, nós construímos unidades, onde a gente tem presente parte do acordo que nós construímos, em torno da defesa da política de assistência social do Município, então, também, nesse projeto da reforma administrativa, por meio da luta que nós construímos, nós asseguramos que as mesmas diretrizes e elementos que estiveram no PLCE nº 001/25, sobre a FASC, entrasse agora também no projeto da reforma administrativa, e é por isso que nós vamos encaminhar favoravelmente.

Mas também tivemos acolhidas duas emendas de minha autoria, que são muito importantes para o desenvolvimento da cidade. Primeiro, uma delas fala sobre a cultura, cultura essa que tem que estar no centro do modelo de desenvolvimento de Porto Alegre, uma cultura popular valorizada, estratégica, para a movimentação da nossa economia e para a valorização da potência criativa que nós temos nos nossos territórios de periferia. É por isso que apresentei uma emenda que aponta para que o fomento da cadeia produtiva do carnaval e o fomento da cadeia produtiva do *hip-hop* estejam entre as competências e atribuições da nova secretaria de Cultura. Nós defendemos que o carnaval tem que ser valorizado porque é a representação da cultura popular, da cultura do povo negro, da cultura do povo de periferia da nossa cidade, e nós queremos o carnaval o ano inteiro sendo valorizado. Nós sabemos que, hoje, em Porto Alegre, muita gente não sabe o quanto o carnaval movimenta a nossa economia.

Nós precisamos divulgar para a cidade que as costureiras, que a fábrica de tecido, que a ferragem, que todo mundo ganha quando a gente tem um carnaval forte e valorizado. Nós precisamos formar mão de obra em Porto Alegre para atuar no carnaval, pois, hoje, importamos mão de obra, por exemplo, de São Paulo, de mecânicos especializados em elétrica para a montagem dos nossos carros, porque, hoje, a gente não tem essa mão de obra em Porto Alegre.

Aquele espaço que é o Porto Seco, nós queremos que seja um espaço com atividades que fomentem essa cadeia produtiva o ano inteiro, inclusive podendo formar mão de obra com oficinas, que depois nos levem à geração de renda. Mas nós também queremos valorizar a cultura do *hip-hop*, que é outra, que desde o MC, o DJ, os instrumentos, o técnico de som, movimenta muita gente, envolve muita gente, e que sobretudo está na periferia. Sobretudo a juventude, a juventude preta, que hoje é alvo da polícia, mas que também tem muito a dar para o nosso desenvolvimento e que nós queremos ver na sua potência, na sua diversidade, enriquecendo o nosso povo com a produção de cultura, mas também com a movimentação da economia. Então, é por isso que a gente apresentou essa emenda.

E a outra emenda, que também foi acolhida pelo governo e é de nossa autoria, refere-se à política de habitação. Aqui, quero dedicá-la ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, um movimento fundamental na luta pelo direito à moradia digna na nossa cidade, porque nós sabemos que, no último período, essa é uma área que não tem tido investimento que deveria ter, e nós queremos colocar isso em discussão nesta Casa. Então, nós recebemos, com muita preocupação, a finalização, a extinção da Secretaria de Habitação da nossa cidade e também vemos com muita preocupação o desmonte do DEMHAB nos últimos anos. Por isso, nossa emenda propõe que o DEMHAB tenha como atribuição elaborar, planejar, desenvolver e executar política habitacional dentro das diretrizes do art. 1º da lei aqui disposta. Queremos que o DEMHAB não só execute as políticas federais, mas que voltemos a ter política de habitação na cidade, para que nós possamos reverter o número de ocupações irregulares que cresce, de pessoas vivendo em área de risco, ser revertido por gente morando em lugar seguro,

morando com dignidade. E eu dedico aqui essa vitória também ao movimento que está aqui presente e que ocupa na nossa cidade, porque hoje morar não é um direito garantido em Porto Alegre. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 26, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 002/25.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria de Cláudia Araújo, à Emenda nº 12 ao PLCE nº 002/25.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 12 ao PLCE nº 002/25 à apreciação das comissões, para parecer. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCE nº 002/25, encaminhada por meio do Ofício nº 396/25 do Sr. Prefeito Municipal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a dispensa do envio da Mensagem Retificativa nº 02 ao PLCE nº 002/25 às comissões, para parecer. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Bloco nº 01 ao PLCE nº 002/25. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Por gentileza, como é que ficou acordado? São quatro encaminhamentos, então, é isso? Como acordado, é isso, Ver. Pedro Ruas? Quatro encaminhamentos. Um do PT, um do PCdoB, um do PSOL e um da oposição, *ok?*

Em votação o Bloco nº 02 ao PLCE nº 002/25. (Pausa.) A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde; boa tarde, Presidente. Quero aqui ser breve e saudar aqueles que lutam por moradia. E quero aqui dizer que no conjunto das emendas que nós apresentamos ao governo, a Emenda nº 11 fala exatamente sobre a não extinção da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Em uma cidade que tem 128 mil imóveis desocupados, o governo Sebastião Mello mostra que a habitação não é um tema importante. Em uma cidade que tem um aumento de pessoas morando na rua, a habitação não é um tema importante. Em uma cidade onde grandes construtoras estão fazendo prédios completamente fora da realidade do plano diretor, a habitação também não é a prioridade desse governo. Aliás, essas prioridades têm se expressado com a iniciativa privada que tem construído onde quer, como quer, pegando terrenos públicos. Então, o meu mandato... E aqui quando fui eleita, perguntavam o que uma travesti defenderia aqui na Casa. Quero dizer que nós, LGBTs, também estamos morando na rua. Nós, LGBTs, também acessamos as políticas de Estado. Então, falar de pessoas que hoje não têm casa para morar é falar de uma cidade que está com 128 mil imóveis sem ninguém para morar, e um governo que não tem uma política de habitação. Isso é, no mínimo, um desrespeito com uma cidade que teve enchente, que teve a pandemia, de uma cidade destruída e que teve, aqui em Porto Alegre, um aumento dos aluguéis. Nós precisamos entender por que aumentou os aluguéis em algumas áreas estratégicas. Aliás, áreas que deu mais de dois metros de água no Centro, os aluguéis aumentaram quase 30% depois da enchente. Porque há uma gentrificação de cidade. Uma ideia de que o povo não deve morar nesse espaço e jogar cada vez mais o povo para as zonas mais longevas da cidade. Esse projeto é um projeto que exclui o povo, inclusive, de ter o acesso básico à moradia. Por isso, a nossa emenda apresentada a este projeto, é uma pena que estejam extinguindo, de fato, essa secretaria que é fundamental para garantir moradia, dignidade para o nosso povo da cidade de Porto Alegre. Aliás, nesse projeto, como um todo, nós apresentamos muitas emendas, e todas elas foram pensando no bem público daquelas e daqueles que não têm acesso ao

Estado. Infelizmente, a gestão vem na contramão, vem fazendo menos Estado, menos políticas públicas e aqui obviamente isso se expressa quando se extingue essa secretaria que é fundamental para a gente pensar o replanejamento, porque quando falam de reconstruir Porto Alegre, qual Porto Alegre esse governo quer de fato reconstruir? Uma cidade em que as pessoas não têm onde morar, que as pessoas não têm comida, que as pessoas não têm de fato dignidade ou é uma cidade para poucos? Hoje tem sido para os amigos do prefeito, tem sido apenas para aquelas e aqueles que têm dinheiro, que têm como investir e são grandes investidores. Essa é a política que eles apresentam aqui, por isso fiz questão de destacar que a emenda da habitação é muito importante e ela é fundamental. Para falar de reconstrução de cidade, para falar de uma cidade realmente pulsante, viva, que seja inovadora, ela precisa colocar quem mais precisa no centro de uma discussão de orçamento público na cidade, e aí está a política de habitação. Por exemplo, não tem como falar – não tem como falar! – de uma cidade que não coloca quem mais precisa no orçamento, e essa é grande diferença em se tratando de governo federal, quando o presidente Lula diz: “O povo pobre voltará para o orçamento público”. É isso que eles não querem em Porto Alegre, eles querem que os pobres não estejam no orçamento, que os pobres não tenham o que comer, não tenham onde morar, mas que os ricos, aqueles grandes empreiteiros, os grupos que fazem a escala dez por um, esses tenham tudo que o Sebastião Melo quer, esses sentam na mesa para dialogar. Quem luta por moradia é taxado de criminoso nesta cidade, por isso a nossa denúncia, porque é extremamente importante que nós não nos rendamos a luta, o povo terá onde morar e vai ser uma luta que o Partido dos Trabalhadores vai encampar na cidade. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar o Bloco nº 02 ao PLCE nº 002/25.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras e vereadores, povo que nos dá a honra da presença, eu quero, em primeiro lugar, saudar

aquelas vereadoras e aqueles vereadores que lutaram muito pelo acordo que conseguimos no dia de hoje, sintetizando essa atuação de várias e vários nas pessoas da Grazi Oliveira, da Juliana de Souza, do Idenir Cecchim e da Cláudia Araújo. Em nome de vocês, eu saúdo todas e todos que lutaram por essa conciliação. Mas, acima de tudo, eu quero saudar vocês. Não vou dizer a pessoa do João Ezequiel, fica até meio chato, né? Em face da nossa amizade, João, da Cindi, mas o Simpa, o SUAS, a FASC, os trabalhadores, as trabalhadoras que mostraram uma capacidade de resiliência fantástica. Não se imaginava, até poucas horas atrás, ou várias horas atrás, talvez, que nós chegaríamos a esse resultado. Não se imaginava. Nós tínhamos muita dificuldade. Há uma questão matemática complexa, o resto era tudo política, e se fez a política. Se buscou na política o que nós precisávamos e conseguimos. Isso não é tudo. Agora, há pouco, nós falávamos ainda aqui, nos bastidores, sobre a questão habitacional, que trouxe agora também a líder do PT, Natasha, nesta tribuna com muita propriedade. Aqui em Porto Alegre, é importante salientar isso. Tenham claro que nós temos um déficit habitacional que não tem lógica. Ele não tem lógica, porque o próprio governo admite que são mais de 100 mil imóveis desocupados. Mais de 100 mil imóveis desocupados. Bem, são 48 mil pessoas precisando de imóveis. Então, teoricamente, tem dois imóveis para cada pessoa, Rosalia. Mas não acontece isso na prática. Eu dou um exemplo que sempre dei na tribuna. Ali, na Rua Gen. Andrade Neves com a Rua Gen. Câmara, tem um imóvel que ficou 21 anos desocupado, pertence ao Estado, 21 anos. Foi ocupado durante 4 anos pelos Lanceiros Negros. E foi uma beleza, mudou ali aquela fisionomia da cidade. E eles foram despejados, inclusive com violência. Inclusive com violência! E eu disse no dia: aqui não haverá mais nada, nunca mais vão usar. Eles chegaram a fazer o elevador funcionar. João, Cindi, Rosa, não há mais nada ali. Não tem ninguém morando. São inúmeros andares num lugar privilegiado da cidade. Por quê? Por crueldade, por maldade. Não tem outra explicação. Não foi nada para lá, não foi nenhum órgão público, não foi ninguém morar. Por que despejaram 63 famílias? Então, nós ficamos numa situação de adotar, sim, adotar, e eu digo aqui na tribuna, e assumo o que digo. Quando, lembrem disso,

quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Nós não podemos conviver com uma situação onde as pessoas não tenham, de fato, onde morar e haja imóveis sobrando. Eu vi uma propaganda de uma grande construtora aqui na capital, não vou dar o nome, dizendo assim, Porto Alegre é a cidade dos grandes imóveis de moradia. Não, não é. Pode ser a cidade dos grandes imóveis para os grandes financiadores, para quem vai ter mais dinheiro, para as grandes fortunas, mas não é para as moradias. Então, que fique marcado, que fique claro, a nossa posição quanto a isso não sofre modificação. Elogiamos o que foi feito até agora. Agora, a nossa luta por habitação para todas e todos permanece e aumenta ainda mais a cada dia que passa. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 02 ao PLCE nº 002/25.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Cumprimento meus colegas vereadores e vereadoras, mas de modo especial cumprimento a população de Porto Alegre que hoje ocupa mais uma vez o plenário da Câmara Municipal, representados a partir do Simpa, dos movimentos sociais, e aqui um destaque ao MNLM, aos trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre que constroem o DMAE. Deixo aqui a minha saudação ao Ver. Erick Dênil, nós, que compomos a bancada do PCdoB, a bancada mais jovem desta Câmara Municipal.

Neste momento, nós encaminhamos um conjunto de emendas protocoladas pela oposição que tendem a ser rejeitadas na tarde de hoje. E é importante que quem acompanha do plenário perceba e acompanhe isso. Mas eu quero dizer que o conjunto das votações no dia de hoje dão o tom do que significará o segundo governo Melo. Nós estamos votando uma reforma administrativa que se articula com aquilo que chegou nesta Casa, que foi a extinção da FASC, sem diálogo com aqueles que resistem e construíram a política de assistência em Porto

Alegre nos últimos anos. E é preciso que se comemore, sim, que nós levamos ao limite do que era possível na Câmara uma série de conquistas, mas elas não encerram a nossa luta em defesa da política de assistência, porque nós queremos a nomeação dos aprovados e aprovadas no concurso da FASC, nós queremos respeito aos trabalhadores e trabalhadoras, a ampliação da rede de CREAS e CRAS na cidade de Porto Alegre. Nós não aceitamos que o nosso povo enfrente filas, por vezes longuíssimas, para conseguir fazer o Cadastro Único em Porto Alegre, o que é símbolo do descaso com a política de assistência na nossa cidade. Nós, Ver. Erick, Ver.^a Grazi e Ver.^a Atena, denunciemos, ao longo dos últimos dias, que a Prefeitura acabou de nomear, para cumprir tarefas na Prefeitura de Porto Alegre, um servidor que foi indiciado pela Polícia Civil no caso da Pousada Garoa, e esse também é um símbolo do que está em curso na nossa cidade. E quando eu falo que essas votações dão o tom do que será o governo Melo, seu segundo governo, nós também precisamos registrar, e eu vejo a deputada Sofia Cavedon no plenário, o ataque à eleição de diretores e diretoras, que não pode ser aceito, não pode ser naturalizado, porque ataca a gestão democrática. E nós, logo mais, votaremos o tema do DMAE. Eu dizia que esses projetos se relacionam, porque esse governo Melo começa buscando abrir caminho para a privatização, e é isso que pretende fazer quando altera o caráter do conselho do DMAE, que hoje é deliberativo e se pretende consultivo, e nós resistiremos. E por falar em resistência, quero que nós possamos refletir. Hoje, nós, a partir da incorporação de uma série de questões que dizem respeito ao debate da assistência no Município, a incorporação do respeito ao conselho, o tema do fundo, a proteção aos trabalhadores e trabalhadoras e outros aspectos, construímos vitórias. Mas a nossa luta não pode se encerrar aqui, porque, vejam, na reforma administrativa que está apresentada, com a rejeição das nossas emendas, nós perderemos a atenção e a proteção a políticas públicas para a juventude, e nós estamos vendo ser atacado o tema da regularização fundiária em Porto Alegre. Mas nós, quando falamos de regularização fundiária, não podemos aceitar que regularização no Município seja apenas a entrega burocrática de um papel na mão do nosso povo.

Regularização fundiária, para a gente, precisa vir acompanhada de saneamento básico, de infraestrutura e serviços, como saúde, educação, infraestrutura urbana. Por esse conjunto de questões, hoje é um dia, sim, de comemorar as vitórias que nós construímos. Elas demonstram que a oposição que cresceu numericamente aqui nesse plenário, também cresceu e seguirá crescendo na sua intervenção política para defender os interesses do povo de Porto Alegre. E assim como fizemos hoje em aliança, para concluir, Presidente, aliança dessa bancada de oposição com o povo de Porto Alegre, a gente precisa seguir em luta para defender o DMAE, para defender a educação e defender as políticas públicas que seguem sendo atacadas, como demonstra esse projeto de reforma administrativa. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quero cumprimentar a deputada estadual Sofia Cavedon, que se encontra presente no plenário.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 02 ao PLCE nº 002/25, pela oposição.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Colegas, quero dar sequência aqui à fala do meu colega, Ver. Giovanni, que muito bem já destrinchou a característica e o caráter da reforma administrativa que nós recebemos nesta Casa, que não nos surpreende, porque a gente conhece como foram os últimos quatro anos desse governo de pavimentação de um modelo de desenvolvimento de cidade privatista, antipovo. Essa reforma, na verdade, vem no sentido de aprofundar esse projeto. Esse projeto, deputada, minha deputada estadual Sofia Cavedon, que já foi vereadora, lutadora nessa Casa, esse projeto de cidade que o governo Melo apresenta nessa reforma, visa, de fundo, a transformar a nossa cidade numa vitrine do modelo neoliberal de cidade, que não garante os direitos sociais, Rosa Helena, as meninas lá da cozinha comunitária e do grupo de mulheres Vidas de Luz, que muitas vezes, por meio da organização popular, têm que preencher as lacunas de um Estado ausente na periferia, do ponto de vista das políticas públicas, mas presente do ponto de vista da violência policial. Esse

modelo que está exposto nessa reforma administrativa, nessa letra da lei que chega aqui para a gente, também está se apresentando fora da lei, como bem falou o Giovani aqui, nós vimos ontem que a reforma que eles preparam para trazer para cá na educação; eles já buscam na Justiça, por meio da liminar, que ataca a gestão democrática, acabando com as eleições para as direções nas escolas. E eu, como professora, que quero eleger o meu diretor, estarei no chão da escola, falo que nós travaremos essa luta aqui quando esse projeto de lei chegar, junto ao Fórum de Diretores, junto ao Fórum dos Conselhos, junto às comunidades escolares, que são as mesmas atacadas pela falta das demais políticas públicas. Essa reforma também se expressa no ataque ao controle social. E nós votaremos em seguida o projeto do DMAE, cujo centro é atacar o controle social, e também se expressa em todo o seu movimento e o seu arranjo com aqueles que hoje se acham donos da cidade. Então, esse modelo que se expressa nessa reforma privatista e ultraliberal não quer garantir políticas públicas; por isso, acaba com a secretaria da Juventude, uma secretaria que deveria, na verdade, estar aderindo ao Plano Juventude Negra Viva, por exemplo – Porto Alegre é uma das capitais que ainda não aderiu, mesmo nós vendo todos os dias a nossa juventude negra ser assassinada e ser violentada nas periferias da nossa cidade, onde as políticas públicas não chegam; onde as mães que perdem os seus filhos ou que temem perder os seus filhos não sabem o que fazer com os seus filhos no contraturno, porque não tem política, não tem equipamento público. Na Casa da Juventude, que Porto Alegre poderia sediar, o prefeito não quer colocar um real. Não tem praça pública equipada, elas estão abandonadas na periferia da cidade. E nada disso é preocupação nessa reforma, pelo contrário.

Mas eu quero falar, sobretudo, sobre o tema da habitação, que, nesse projeto, nos chama muito a atenção e a preocupação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Ele reitera um modelo que aponta para a gentrificação, para a higienização social e para a entrega para a especulação imobiliária como o tripé organizador, na verdade, dessa área no governo. O DEMHAB, que hoje funciona com 10% dos servidores que deveria ter entre os seus cargos, nos seus quadros, tem mais de 900 cargos vagos. O DEMHAB, no último período, nesta gestão do governo Melo, construiu apenas três casas, apenas três casas, o menor investimento nos últimos 20 anos – foram três casas em quatro anos. O DEMHAB tem 64 mil pessoas cadastradas esperando uma casa, sendo que, na nossa cidade, 80 mil pessoas vivem em área de risco; o DEMHAB está sendo também aqui fragilizado, e a extinção da Secretaria de Habitação Social não aponta num sentido de reverter esse quadro. Então é por isso que nós apresentamos as emendas para garantir que a reforma administrativa não seja uma reforma para aprofundar ainda mais o modelo neoliberal e...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereadora, muito obrigada, conforme combinado. Quero informar que estão sendo entregues no plenário e também nas galerias os leques do Sindióptica a respeito do verão com mais saúde e proteção. Ontem a presidência do Sindicato dos Ópticos visitou a Presidência aqui dessa Casa, solicitando que fosse entregue para cada vereador um protetor de sol para o carro e também um leque, fazendo com que todas as pessoas aqui também possam estar atentas para não ter óculos pirateado, e a gente cuidar da saúde visual. Então só para informar que estamos aí distribuindo esse material.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 02 ao PLCE nº 002/25, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu até não precisaria vir a esta tribuna, nesse momento, porque as

lideranças da oposição já falaram, defenderam o seu ponto de vista e eu respeito, mesmo ponto de vista em contrário eu respeito. É um direito que a oposição tem de fazê-lo na tribuna, inclusive.

Vereador Giovani Culau, só para informar, o senhor sabe, mas a tal da Garoa, quem administra é o dono da Garoa, e a licitação que foi feita, que a Prefeitura fez, o grupo hospitalar Conceição também a fez. E eu queria aqui dizer ao nosso Cristiano, presidente atual da FASC, que ele tem a minha solidariedade, porque quem tem que ser averiguado é o contrato, contrato esse que a Prefeitura assinou, que o grupo hospitalar Conceição assinou e que a polícia está averiguando. Aliás, o Ministério Público pediu para reabrir a investigação, eu acho que isso é importante; é muito importante isso.

Então, dito isso, eu quero dizer aos queridos vereadores da base que, neste bloco, nós votaremos contra, por isso eu peço nominal. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, o Bloco de nº 02 ao PLCE nº 002/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 23 **NÃO**; 12 **SIM**.

Em votação o PLCE nº 002/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não pediram nominal, gente, fiquem prestando atenção. Não é o assessor que pede; é o vereador. Já está apregoadado o resultado com o “sim” para o projeto.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Uma questão de ordem, de consulta, inclusive à Diretoria Legislativa, mas me parece que, quando as votações são simbólicas, é possível, sim, reconsiderar e reabrir a votação que é o que nós tivemos aqui. Então, diante disso, eu faço essa consulta

ao Regimento da Casa, dada votação simbólica, possibilidade de nós abirmos o painel para a votação. Diga-se de passagem, fizemos isso na última legislatura.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, eu acho que pedindo a sua inteligência e benevolência ao pedido da oposição, eu queria pedir para a base, queria para dar essa oportunidade de repetir 23 a 12, por favor.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento feito pelo Ver. Giovanni Culau e Coletivo de verificação da votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação nominal o PLCE nº 002/25. (Pausa.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Houve o meu pedido de nominal e aí houve essa confusão. Pelo que foi informado pela assessoria, a senhora, a presidência de ofício pode – é isso, Luiz Afonso? – deferir ou não nesse caso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É, na verdade, não está no rol dos requerimentos que têm que ser votados, há o requerimento de verificação de votação simbólica.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Não precisa ser votado? Ela pode dar de ofício?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pode dar de ofício.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): E aí tu deste “sim”?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Dei “sim” a pedido do líder do governo e da liderança da oposição.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Até para ficar bem claro, vereador, o artigo 94, parágrafo 1º, alínea *d*, estabelece que será despachado de plano, pelo presidente, requerimento que solicitar verificação de votação simbólica, mediante votação nominal.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Perfeito, obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Por gentileza, colher os votos dos vereadores que estão *online*, diretor.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** o PLCE nº 002/25 por 23 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o [PLE nº 003/25](#).

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pois não, Ver.^a Natasha?

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem, peço atenção a todo o plenário. Quero dizer que o meu mandato, juntamente com a bancada do PT e a oposição, conseguiu uma liminar que suspende a votação do DMAE por 90 dias.

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Inclusive, no despacho, diz que “ante o exposto, defiro em parte para determinar que a autoridade coautora se abstenha de incluir o Projeto de Lei nº 003/25 em votação, em cumprimento integral no prazo de 90 dias. Peço que suspenda a votação do projeto do DMAE.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Srs. Vereadores, tendo em vista ...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Srs. Vereadores, vou pedir para a galeria aguardar.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A sessão não está encerrada ainda.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Senhores vereadores, senhoras vereadoras, tendo em vista recebimento de notificação, agora, da Casa sobre o despacho de decisão do mandado de segurança, informo que agora estão encerradas, sim, as discussões. Mas todos os vereadores estão ainda convocados até o dia 29 de janeiro para retornarem a esta Casa.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou pedir para os vereadores da oposição conterem os ânimos para eu poder dar os encaminhamentos. Vou solicitar aos vereadores da oposição que me ajudem para eu poder dar o encaminhamento aqui.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Retomo, então, repassando a todos os vereadores que continuam convocados até o dia 29 de janeiro, porque,

de ofício, esta Casa irá recorrer dessa decisão, com o nosso procurador. Informando ainda à galeria que este projeto não tem nada a ver com concessão do DMAE.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, por uma questão, inclusive, de transparência, é muito importante que a cidade de Porto Alegre saiba o nome do juiz que se acha acima da Prefeitura e acima da Casa que representa legitimamente o povo desta cidade: juiz Gustavo Borsa Antonello! Repito: Gustavo Borsa Antonello, da 4ª Vara da Fazenda Pública. Esse juiz, dentro do seu gabinete, no ar condicionado, sem conhecer a realidade da cidade, impede que os vereadores de Porto Alegre, legitimamente eleitos, façam a escolha e deem o destino dessa cidade escolhido pelas urnas, pela democracia que tanta gente vem aqui defender, mas que uma única pessoa, no alto do seu salário e dos privilégios, dentro da sala com ar condicionado, sem conhecer a realidade da cidade, faz esta palhaçada! O Judiciário presta um desserviço a este País, o Judiciário presta um desserviço à democracia, o Judiciário rasga a vontade legítima do povo de Porto Alegre, e esse juiz deveria ter vergonha. E quem o conhece, quem é seu vizinho, quem é seu colega, que saiba que ele está impedindo o avanço da cidade. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, mais uma vez, na tarde de hoje, a gente verifica a esquerda autoritária, que não consegue ganhar no voto, recorrendo às manobras do Poder Judiciário para fazer, mais uma vez, a obstaculização daquilo que vai ser melhor para o porto-alegrense. Parabéns à esquerda por, mais uma vez, recorrer à assessoria de imprensa, ao Judiciário, para fazer com que a democracia, que deveria ser soberana... Câmara de Vereadores é soberania popular! Quando eles não têm a maioria aqui, eles

rasgam a democracia e vão pedir para o “puxadinho” deles, que é o Judiciário o que eles não conseguem ganhar no voto. Perde Porto Alegre, perde a democracia, e a esquerda é totalitária.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Mariana. Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Eu só quero deixar registrado que, mais uma vez, Porto Alegre e a universalização do saneamento têm o seu destino atrasado por culpa do Judiciário e dessa esquerda retrógrada, que não aceita a democracia do voto e impõe uma juristocracia para esta cidade. Não são democratas, são ditadores autoritários que não têm voto para ganhar nesta casa.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Fernanda. Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, lamentavelmente, como já foi dito, o Judiciário interfere no Poder Legislativo desta cidade. Vergonhoso o despacho deste juiz. E, quando chover e alagar novamente, lembremos do nome da Ver.^a Natasha, do PT. A culpa de nós não estarmos atacando as cheias em Porto Alegre tem nome e sobrenome: Ver.^a Natasha do PT, com mais 11 cúmplices da esquerda, que querem que a cidade continue sem resolver o problema da enchente.

Portanto, quem está assistindo à TVCâmara em TV aberta nesta cidade, saiba do nome e sobrenome: Ver.^a Natasha, do PT, com 11 cúmplices, que não querem que a cidade pare de alagar. Obrigada, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago. Ver. Gilvani O Gringo está com a palavra.

Vereador Gilvani O Gringo (REPUBLICANOS): Comandante Nádia, boa tarde. Hoje eu me deparo, mais uma vez, com uma das maiores perdas de tempo. Uma importância que é essa questão, que se relaciona a um dos itens mais importantes para nossas vidas, que é relacionada à água, a qualidade da água, a falta de água, a questão das enchentes, alagamentos. E eu digo assim, as proteções que todo dia nos assolam quando o meio ambiente nos ameaça. E nós aqui, perdendo tempo, quando era para favorecer os projetos do governo, apostar nessas mudanças, nessas melhorias, nessas inovações. E digo mais: vereadores aqui terão eternamente as suas prerrogativas. Se algo sair fora do prumo, o vereador está aqui para fiscalizar e convida a todos a estarem prontos se precisar. Mas vamos favorecer as mudanças e o que o governo coloca em pauta para mudar a vida do nosso povo, do povo porto-alegrense. É isso aí que nós temos que fazer. Não temos que ter medo de tomar decisão. Essa é a meta, e essa é a missão.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Gilvani. Ver. Aldacir Oliboni, questão de ordem?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós, da oposição, temos o direito de nos manifestarmos livremente aqui na tribuna neste microfone de requerimento. Percebemos aqui que vários vereadores da base do governo não fizeram requerimento, fizeram um discurso agressivo contra a justiça, e justiça foi feita. A população não quer a privatização do DMAE, foi algo que nós agradecemos, porque, quando nós perdemos no voto, a justiça ainda nos faz

esse reparo de devolver o que é público para o público e o que é justo para o público. Nesse sentido, é importante que os vereadores saibam que aqui não se agride ninguém, é preciso perceber o que se fala aqui neste microfone, porque este microfone é para requerimento e não para discurso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigado, Ver. Oliboni, está registrado.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Requerimento): Então eu faço o requerimento: que a Mesa Diretora desta Casa encaminhe para o Tribunal de Justiça e para o Sr. Gustavo Borsa Antonello, da 4ª Vara da Fazenda, demonstrando o total repúdio não da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, do Poder Legislativo, pela interferência indevida de uma única pessoa: juiz Gustavo Borsa Antonello – Gustavo Borsa Antonello, da 4ª Vara da Fazenda! Peço até que se coloque em votação, Presidente, este requerimento aqui, de ofício, emergencialmente, que seja encaminhado ao Judiciário. Porque não é justo uma única pessoa, no alto dos seus privilégios, dentro do seu gabinete, no ar condicionado, atropelar o prefeito da cidade, atropelar os 35 vereadores. Se esse sujeito quer falar aqui sobre reforma administrativa, que esse incompetente, esse canalha concorra a vereador ou a prefeito.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereador. Informando o vereador que o senhor poderá fazer uma moção de repúdio e colocar em votação neste plenário. Vereador Idenir Cecchim, líder do governo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, esta Casa respeita, mas não... Acata, mas pode não respeitar decisões. E eu quero dizer aqui que eu acredito no Tribunal de Justiça ainda, que já fez justiça aqui, já fez justiça, e certamente o Tribunal de Justiça vai corrigir essa distorção de um juiz único, que não ouviu a Câmara antes de dar a sua sentença.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Só para informar a todos os vereadores, o procurador da Casa já está entrando com recurso para que o mandado de segurança seja cassado. O Ver. Coronel Ustra está com a palavra.

Vereador Coronel Ustra (PL): Sra. Presidente, deixo aqui o meu repúdio com relação à decisão desse juiz que sobrepõe aqui a votação dentro da Casa do Povo de Porto Alegre, que é a nossa Câmara de Porto Alegre. Então deixo registrado aqui o meu repúdio. É a população que vai pagar essa conta. E a esquerda aqui desta Casa apenas está adiando, e a dor será maior na derrota que virá. Então deixo registrado aqui o meu repúdio e quem paga será a população de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

Presidente Comandante Nádia (PL): Muito obrigada, Ver. Coronel Ustra. O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra.

Vereador Alexandre Bublitz (PT): Só gostaria de deixar registrado aqui a importância de a gente respeitar a democracia. Nós temos três poderes. O Poder Judiciário é fundamental para o devido funcionamento da democracia. O Poder Judiciário falou hoje. Então é importante que cada vereador aqui entenda que a gente tem as nossas limitações, e é necessário ouvir, sim, o Judiciário. O que foi feito hoje é a justiça. E a justiça faz parte da democracia. Nós estaremos sempre ao lado da democracia, não o contrário. Então devemos sim... A Câmara faz parte desse processo. A democracia está aqui, bem representada, junto pelo Poder Judiciário. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Alexandre. A Ver.ª Natasha Ferreira está com a palavra.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Presidenta Nádia, quero aqui dizer que eu entendo os vereadores da base, principalmente o Ramiro, que ele faz esses

recortes para postar depois nas redes. Mas, na verdade, eles nem leram tudo. Porque, inclusive, isso está na Lei Orgânica. Isso mostra como, além de não respeitar a Justiça, nem para conseguir o *impeachment* de uma presidenta serviu. Agora não serve mais para deferir esses atropelos. Quero dizer, de consciência muito tranquila, nós consultamos a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. E nela diz que vocês, o governo, não respeitaram a lei. Por isso deferiram. Respondam na justiça. Agora a justiça faz parte do regime democrático. E eu tenho muito orgulho de dizer que o DMAE não vai ser privatizado. Porque não há consistência política, técnica e econômica para privatizar uma autarquia que tem mais de R\$ 350 milhões em caixa. Muito obrigada. E o choro é livre, companheiras.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Natasha.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, só para a gente deixar claro, porque a esquerda cria narrativas e, se a gente não vier aqui e mostrar a verdade, parece realmente que a gente está vivendo uma democracia. Mas nós não estamos. Os vereadores falam aqui o tempo inteiro de recorrer à justiça, ao Judiciário. Bom, então o que fazemos aqui se não é demonstrar vontade popular? Por que o Judiciário tem que intervir dentro da Casa do Povo? Qual é a justificativa? Então os vereadores de esquerda que entreguem as suas cadeiras para o Judiciário de uma vez. Nós não. Nós representamos milhares de porto-alegrenses que querem a solução, que querem um DMAE mais ágil. Só que mais uma vez nós não vamos conseguir essa votação. Aliás, é muito importante a gente lembrar também à esquerda, que traz a narrativa de concessão, privatização, não era isso que estava sendo votado na tarde de hoje. Eles mentem, eles criam narrativas para que os porto-alegrenses não saibam a verdade. Qual é? Estão passando por cima da população, do voto popular, porque aqui a gente ganha, no voto a gente demonstra a força do povo. Eles só conseguem pedir para o puxadinho da justiça. Entreguem as suas cadeiras, vereadores!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Repondo também aqui, muito bem falado pela Ver.^a Mariana, é importante que nós deixemos claro que a votação que estava para acontecer não tem nada a ver com a concessão do DMAE, essa votação era a respeito de criação de diretorias e também da retirada de “deliberativo” do Conselho do Departamento de Água e Esgotos, sendo apenas um conselho consultivo. Então, retomamos aqui a verdade.
Ver. Marcelo Sgarbossa.

Vereador Marcelo Sgarbossa (REDE): Presidenta Comandante Nádia, o Ver. Ramiro Rosário, que espero... Ver. Ramiro, a gente sabe que, muitas vezes, na tribuna ou no microfone de apartes, a gente se excede. Fazer uma crítica a uma decisão judicial está dentro da democracia, inclusive; mas o Ver. Ramiro, a não ser que eu tenha escutado diferente, chamou o juiz de canalha. Então, eu acho que talvez, vereador, seria o momento de uma retratação aqui, porque eu não sei quem é esse juiz, não me interessa, mas ele tomou uma decisão dentro dos marcos da democracia, do poder que lhe é conferido pela Constituição Federal. Talvez seja uma possibilidade de o Ver. Ramiro fazer um pedido de retratação em relação a esse ponto. Questionar a decisão do juiz, não tem problema, mas a ofensa pessoal me parece que não cabe dentro de uma democracia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Sgarbossa

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O vereador suplente aqui, me parece, deve... Deve ser assessor do juiz, não é? Vou repetir o nome dele aqui: Gustavo Borsa Antonello, da 4ª Vara da Fazenda Pública. É o mesmo juiz, inclusive, responsável por suspender o leilão do prédio aqui da Epatur, do Largo da Epatur, que era... Exatamente! É o mesmo! Então, já que o vereador pediu uma retratação por tê-lo chamado de canalha, eu não só reafirmo que ele é um canalha, como é um juiz de bosta.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ramiro. Ver. Tiago Albrecht.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, que o nível do Judiciário está muito baixo, e eu digo em nível cognitivo, em capacidade de julgar... Por exemplo, a Suprema Corte censurou o candidato Bolsonaro, em 2022, e uma ministra disse: “É censura, mas nesse caso pode”.

Bom, lendo o despacho, a qualidade desse juiz é tão baixa. Qual é o risco ambiental para a criação de três diretorias? Se ainda fosse o projeto de concessão, talvez até a gente pudesse validar. Aí ele põe assim: a despeito do prazo, pá-pá-pá, de 90 dias, até que as pessoas tomem as decisões. Mas é esta Casa que toma as decisões, gente. É esta Casa que toma as decisões. Eu estou boquiaberto. Aí ele fala: “a realização de audiências necessárias”. A gente fez. Mas eu entendo que o nível político da esquerda está acabando, a esquerda foi varrida do Paço municipal. Esmagadoramente, né? Temos aqui militantes que mais parecem militantes de DCE, e que estão entregando seus mandatos para o Judiciário. O que é lamentável, o que é lamentável. Então, quem faz isso e passa pela democracia, e usa os pelegos que estão aqui dos sindicatos, a pelegada, mais a Justiça, isso aí tem cheiro de ditadura. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago. Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Estava lendo aqui a decisão: notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações no prazo e abster-se de votar o Projeto de Lei nº 0003/25, em votação, ao cumprimento integral, no prazo de 90 dias, até que se cumpra as audiências necessárias. Nós não fizemos audiência pública, antes de ontem, aqui, sobre isso? Então, quer dizer que o juiz que tomou a decisão não sabe ou foi induzido ao erro pelo PT para que nós fizéssemos audiência pública, que já aconteceu há 48 horas atrás? Então, na verdade, eu

considero litigância de má-fé. A pessoa que entra em juízo induzindo o juiz ao erro é litigância de má-fé. Por quê? A decisão falou: até que se façam as audiências necessárias. A audiência foi feita há 48 horas. Eu entraria com uma representação contra os vereadores por litigância de má-fé. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé. Srs. Vereadores, estou dando tempo, apesar de não ser questão de ordem. Acredito que esta pauta é uma pauta muito cara para Porto Alegre e, por isso, estou oportunizando, neste momento, que os vereadores, mesmo não sendo uma questão de ordem, tanto da oposição quanto da base, possam fazer o uso do microfone de aparte, com essa exceção no dia de hoje. Ver.^a Juliana de Souza.

Vereadora Juliana de Souza (PT): Obrigada, Presidenta. Muito me surpreende ver aqui os defensores do *lawfare* virem questionar o Judiciário, sendo que, quando era para prender o Presidente Lula injustamente, servia; mas quando é para garantir que o nosso povo trabalhador tenha direito a água, aí não serve o Judiciário. Eu sinto pena daqueles que não conseguem manter o nível do debate e que, inclusive, desrespeitam uma das instituições da República, que é o Judiciário, com palavras de baixo calão, como foram utilizadas aqui. É uma pena que nesta Casa a gente não consiga manter o nível do debate por parte de alguns colegas, mas eu quero saudar que o Judiciário não é sempre, Presidente, porque eu respeito a decisão de cada pessoa, não é sempre, mas o judiciário, por vezes, está do lado certo da história, como está esta tarde, garantindo que se cumpra aquilo que a nossa cidade deve, que é respeitar o tempo para se fazer um debate sobre um bem público, um patrimônio da cidade, que é o DMAE, para garantir o direito ao saneamento, o direito à água a nossa gente. Viva o DMAE público! A água pública! Não à privatização! Um viva ao Cores-DMAE e aos trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui, ao Simpa e à luta dos movimentos sociais.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Juliana.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sra. Presidente, o Ver. Ramiro ofendeu o juiz por causa de uma ação. A Casa não pode se comportar dessa forma. O Ver. Ramiro pode ter a oportunidade de pedir para retirar, de pedir desculpas, mas não pode agredir um juiz, fica ruim para a Casa, para a Câmara de Vereadores. Lamentavelmente, agora é o momento de pedir desculpas, ou de retirar essas ofensas de baixo calão, que é péssimo para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Só limitando novamente, a decisão e a fala de cada vereador aqui é legítima, cada vereador aqui está por conta do sufrágio universal dos votos e cada vereador que responda pelas suas falas. Dito isso, quero falar a todos os vereadores que fiquem atentos aos seus *e-mails* oficiais e também ao grupo de convocação, porque nenhum dos vereadores está desconvidado; aliás, todos estão convocados ainda para sessões extraordinárias até o dia 29 de janeiro de 2025. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h26min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
